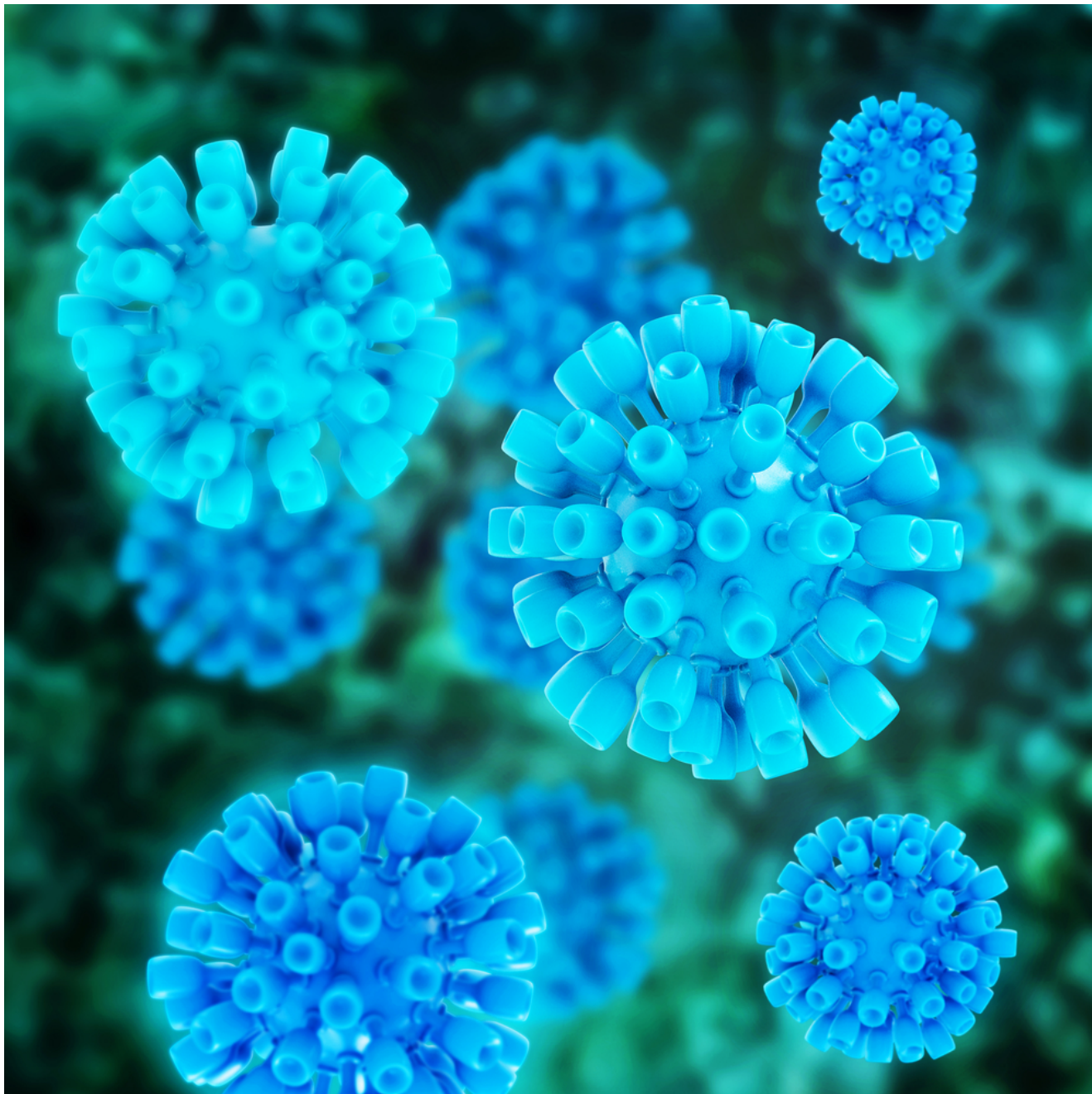


SUS deve ganhar mais três drogas contra hepatite C

escrito por Ana Miranda | 24 de outubro de 2014



“Isso não vai tirar o rigor na análise. Solicitamos apenas que seja feita de forma mais rápida”, disse o ministro da Saúde, Arthur Chioro.

As drogas sofosbuvir, daclatasvir e simeprevir, se aprovadas,

passariam a ser consideradas como de primeira escolha: seriam prescritas para pacientes logo no primeiro estágio do tratamento. “Estudos científicos mostram que, com elas, o tempo de tratamento seria menor do que o das drogas convencionais. Os efeitos colaterais são bem menores e, além disso, o uso é oral. As drogas atuais são injetáveis”, disse Chioro.

Três novas drogas para o tratamento de pacientes com hepatite C devem ser incorporadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) no próximo ano.

O Ministério da Saúde encaminhou para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) um pedido para que seja dada prioridade à análise para o registro dos medicamentos. Simultaneamente, foi enviada à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) solicitação para que seja avaliada, também em caráter prioritário, a inclusão das drogas no SUS.

Se o registro for concedido pela Anvisa e a Conitec considerar que as drogas trazem benefícios suficientes, o tratamento poderá ser ofertado para cerca de 60 mil pacientes, nos próximos dois anos. O cálculo leva em consideração a expectativa de aumento de pessoas com diagnóstico da doença e a incorporação de pacientes soropositivos também infectados pela hepatite C. “As novas drogas podem ser usadas por soropositivos, algo que não acontece com as drogas atualmente ofertadas no sistema”, disse o ministro.

A análise da incorporação teve como ponto de partida pedidos feitos pelas associações de pacientes e por sociedades médicas. Chioro informou que alguns pacientes já conseguiram na Justiça o direito de receber, pelo SUS, o medicamento.

O vírus da hepatite C é transmitido por meio da transfusão de sangue, compartilhamento de material para uso de drogas ou de higiene pessoal, como lâminas de barbear e depilar. Também pode

ser transmitido pelo compartilhamento de alicates de unha e objetos usados em tatuagens e colocação de piercings.

A estimativa é a de que a prevalência da doença entre população brasileira varie entre 1,4% e 1,7%. O maior risco está na faixa etária acima de 45 anos. “Pessoas dessa faixa etária tiveram na infância maior risco de exposição ao vírus. Não havia regras rígidas para transfusão de sangue, transplantes e até mesmo injeções eram reutilizadas”, disse o ministro. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: Estadão – Lígia Formenti